



PODER

Master: senadores põem foco na atuação da CVM

Integrantes de grupo de trabalho querem entender se houve falha da autarquia na fiscalização sobre a saúde financeira do banco de Daniel Vercaro. Parlamentares também vão à PF e ao STF tentar fechar acordos para obtenção de informações sigilosas

» WAL LIMA
» LETÍCIA CORRÊA*

Grupo de trabalho criado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para acompanhar as investigações do Banco Master definiu como prioridade esmiuçar a atuação da Comissão de Valores Mobiliários, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda e responsável pela fiscalização dos fundos de investimento envolvidos nas operações sob suspeita. Isso porque a CVM tem como atribuição principal regular e controlar o mercado de capitais, além de proteger investidores contra fraudes. Seria o primeiro organismo a alertar para a saúde financeira de uma instituição.

“Cabia à CVM supervisionar os fundos envolvidos no caso, e é fundamental entender como o órgão atuou para orientar os próximos passos das investigações”, afirmou o presidente da CAE, senador Renan Calheiros (MDB-AL). Para ele, a compreensão da atuação da autarquia é essencial para direcionar os trabalhos do grupo.

O colegiado também aprovou, ontem, uma série de convites para depoimentos. Na lista, estão o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo; o diretor de Fiscalização do BC, Ailton de Aquino Santos; Otto Lobo, presidente interino da CVM; Daniel Vercaro, ex-dono do Master; e Paulo Henrique Costa, ex-presidente do Banco de Brasília. Como são convites, eles não são obrigados a comparecer.

A colocação da CVM no foco da investigação sobre o Master vem no momento em que a CAE precisa analisar duas indicações feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a diretoria do órgão — entre elas, a de Otto Lobo.

Segundo o vice-presidente da CAE, senador Laércio Oliveira (PP-SE), o foco na CVM não quer dizer que o grupo de trabalho atropelará a competência dos órgãos de investigação. “Trata-se de um caso de polícia. A condução das apurações deve permanecer sob responsabilidade da Polícia Federal (PF), do Ministério Público e do Supremo Tribunal

Geraldo Magela/Agência Senado



Cabia à CVM supervisionar os fundos envolvidos no caso, e é fundamental entender como o órgão atuou para orientar os próximos passos das investigações”

Senador Renan Calheiros (MDB-AL)

Federal (STF), evitando sobreposição de atribuições”, explicou.

Integrante do grupo de trabalho, o senador Esperidião Amin (PP-SC) defendeu que o colegiado acompanhe de perto os desdobramentos dos inquéritos conduzidos pela PF nos estados. “É importante que o Senado tenha uma visão completa sobre as

apurações e eventuais ramificações das investigações envolvendo o Banco Master”, observou.

Na sequência das investigações sobre a atuação da CVM no caso, o grupo de trabalho pretende avançar no acesso a informações sigilosas. A estratégia é apresentar solicitações diretamente às autoridades, evitando a necessidade de deliberação do plenário do Senado.

Carbono Oculto

Por conta disso, integrantes do grupo de trabalho se reúnem, hoje, com o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e com o presidente do STF, Edson Fachin. O objetivo é solicitar acesso a dados relacionados às operações financeiras anteriores à abertura do inquérito, incluindo os da Carbono Oculto — que em agosto de 2025 levantou um esquema de lavagem de dinheiro, pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), por fintechs e fundos

de investimento administrados pelo Master e pela Reag Investimentos, também liquidada extrajudicialmente pelo BC. A expectativa é de que as reuniões de hoje permitam esclarecer o alcance das investigações já em curso e o grau de compartilhamento de informações possível com o Senado.

Na semana passada, o colegiado se reuniu com Gabriel Galípolo e com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo. Segundo Renan, houve sinalizações positivas em relação ao compartilhamento de informações sensíveis.

Em paralelo às deliberações do grupo de trabalho da CAE, Andrei Rodrigues afirmou, ontem, na divulgação de resultados de 2025 da PF, que o avanço das investigações sobre o Master foi possível graças à “coragem” de Gabriel Galípolo, por identificar e encaminhar informações fundamentais à Procuradoria-Geral da República (PGR) e à Polícia Federal.

É importante que o Senado tenha uma visão completa sobre as apurações e eventuais ramificações das investigações envolvendo o Banco Master”

Senador Esperidião Amin (PP-SC)

“A parceria com o Banco Central nos permitiu desvendar aquilo que talvez seja o maior crime de que envolva o sistema financeiro nacional. Foi possível graças à coragem do presidente Galípolo”, frisou.

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

País falha contra a corrupção, diz ONG

» RAFAELA GONÇALVES

As investigações sobre o Banco Master e o esquema de fraudes contra os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) expõem fragilidades estruturais no sistema brasileiro de controle da corrupção. A advertência é da ONG Transparência Internacional e os dois episódios são destacados no relatório *Retrospectiva 2025* como exemplos de falhas de governança em setores estratégicos da economia formal e de infiltração do crime organizado no Estado.

A publicação, divulgada ontem, acompanha a divulgação do Índice de Percepção da Corrupção (IPC), que manteve o Brasil, em 2025, na 107ª posição entre 182 países e territórios avaliados. O país obteve 35 pontos em uma escala que vai de zero a 100, repetindo a segunda pior pontuação de sua série histórica.

O relatório cita a Operação Sem Desconto, que revelou o maior

esquema de fraudes previdenciárias já identificado no país, com prejuízos a milhares de aposentados, e a Operação Compliance Zero, que investiga o que a entidade classifica como a maior fraude bancária da história brasileira. No caso do Banco Master, a Transparência Internacional aponta a existência de contratos de alto valor firmados entre a instituição financeira e escritórios de advocacia ligados a autoridades públicas, além de suspeitas de conflitos de interesse e de interferências indevidas em investigações em curso.

Segundo a ONG, os episódios evidenciam como “a corrupção corrói as instituições e permite que redes criminosas aliciem o Estado e condicionem seu funcionamento a interesses ilícitos”. O relatório também critica a resposta do governo federal ao escândalo no INSS e alerta para a expansão das emendas parlamentares, que ultrapassaram R\$ 60 bilhões no Orçamento de 2026, consolidando o fenômeno

Rovena Rosa/Agência Brasil



descrito pela entidade como “captura orçamentária”.

Avanços

Apesar das críticas, o relatório também destaca avanços pontuais no enfrentamento à corrupção. Entre eles, cita a Operação Carbono Oculto, conduzida pela Receita Federal em conjunto com o Ministério Público de São Paulo (MP-SP),

que se notabilizou pelo uso intensivo de inteligência financeira para identificar e rastrear fluxos ilícitos de recursos. A iniciativa é apontada como um exemplo de atuação mais técnica e estratégica no combate a esquemas complexos de lavagem de dinheiro.

O documento também menciona a rejeição, pelo Senado, da chamada “PEC da Blindagem” como um sinal relevante

de resistência institucional e social a tentativas de enfraquecer os mecanismos de responsabilização de autoridades.

Segundo a Transparência Internacional, a mobilização da sociedade civil e a pressão pública foram decisivas para barrar o avanço da proposta, demonstrando que ainda há espaço para conter retrocessos no sistema de integridade democrática.

Para o relatório, caso do Master é um exemplo da conexão indevida entre figuras públicas e interesses privados

Recomendações

No documento, a Transparência Internacional reúne uma série de recomendações aos Três Poderes, com foco no fortalecimento dos mecanismos de integridade e controle. Para o Executivo, a organização defende o aumento da transparência na execução orçamentária e o reforço das estruturas responsáveis por investigações e fiscalização.

No âmbito do Judiciário, o relatório propõe a adoção de um código de conduta no Supremo Tribunal Federal (STF), além da redistribuição do inquérito que apura o caso do Master, como forma de preservar a imparcialidade e a credibilidade das apurações.

Em relação ao Legislativo, a Transparência Internacional sustenta a necessidade de avançar na regulamentação do lobby, promover ajustes no Estatuto da Advocacia e instituir uma comissão parlamentar específica para investigar possíveis irregularidades no sistema bancário.